



## ENTENDENDO A CRISE ECONÔMICA MUNDIAL

Luciana Garreto de França Pereira<sup>1</sup>  
João Launé Pereira<sup>2</sup>

**Resumo:** A crise financeira que se desenvolveu no fim do ano de 2008 e início de 2009 abalou o mundo inteiro. Devido a esta crise diversas empresas fecharam e milhares de pessoas ficaram em condições complicadas pela perda do emprego. Verifica-se que no Brasil, os setores mais atingidos pela crise foram às atividades que dependem de financiamento, ou seja, indústria, agronegócio voltado para a exportação, atividades que influenciam a extração de minério, o mercado financeiro, bancos e bolsas de valores, que reduz a liberação de crédito e conseqüentemente freia o consumo de bens e serviços. Deste modo, apresenta-se um breve estudo sobre a crise financeira mundial e seus efeitos no Brasil. O método utilizado baseou-se em pesquisa bibliográfica.

**Palavras-chave:** Crise Financeira. Setor Automobilístico

**Abstract:** The financial crisis that developed in the end of 2008 and beginning of 2009 shook the whole world. Due to this crisis many companies closed and thousands of people were in conditions complicated by the loss of employment. It turns out that in Brazil, the sectors hardest hit by the crisis were the activities that depend on financing, i.e. industry, export-oriented agribusiness, activities influencing the extraction of ore, the financial market, banks and stock exchanges, which reduces the release of credit and therefore slow down the consumption of goods and services. In this way, it presents a brief study on the global financial crisis and its effects on Brazil. The method used was based on bibliographical research.

**Keys-words:** Financial crisis, automotive industry

## INTRODUÇÃO

A palavra crise segundo Ferreira (2004) significa uma “manifestação repentina de ruptura do equilíbrio. Fase difícil, grave, na evolução das coisas, dos acontecimentos, das idéias. Manifestação violenta de um sentimento. Período de instabilidade financeira, política ou social”. Da definição depreende-se que a palavra crise é aplicada a situações nas quais uma situação de

---

<sup>1</sup>Bacharel em Ciências Contábeis. Unidade de Ensino Superior Dom Bosco. E-mail: Luciana\_garreto@hotmail.com

<sup>2</sup>Especialista em Auditoria. Unidade de Ensino Superior Dom Bosco. E-mail: jlaunep@hotmail.com



estabilidade transforma-se subitamente em situação de instabilidade. Esta situação pode ocorrer no âmbito pessoal, social ou financeiro. No âmbito financeiro, a palavra crise significa “*uma aguda, breve, ultracíclica deterioração de todos ou da maioria dos indicadores financeiros – taxas de juros de curto prazo, preços de ativos (ações, imóveis, terras), insolvência comercial ou falência de instituições financeiras.*” (GOLDSMITH, 1969 apud GONÇALVES, 2009, p.7). Ao longo da história da humanidade, o mundo foi algumas vezes surpreendido com crises que tiveram grandes proporções no âmbito econômico, sendo, portanto, de extrema relevância conhecer as principais crises e quais os impactos que eles produzem na sociedade, e sua relação com o crescimento e desenvolvimento social e financeiro de um país. A crise se torna mundial quando ultrapassa os limites de um determinado país, como a crise de 2008, que teve início nos Estados Unidos e alcançou diversos países, interferindo diretamente nos mercados financeiros, nas vendas, e outros setores da economia.

## **CRISES ECONOMICAS NA HISTÓRIA**

Geralmente, as crises econômicas influenciam não apenas a economia, mas também a sociedade, provocando mudanças que interferem na história da humanidade. Entretanto, enquanto algumas crises impactaram sobre modo alguns mercados internacionais, outros tiveram impactos a nível local, mas que de algum modo mudaram o rumo da sociedade em um determinado período, criando normas, hábitos ou regras. Assim, torna-se relevante destacar não apenas crises como a crise de 29, mas também crises de menor relevância como a crise de baby syster, pois influenciaram os costumes e a vida em sociedade. A Capitol-Hill, uma cooperativa de baby-sitters, foi formada por volta de 1970, por meio de um grupo de pessoas que trabalhavam no Congresso americano, que se dispôs a tomar conta dos filhos uns dos outros, sendo que o grupo era formado por cerca de 150 casais. A cooperativa Capitol-Hill emitia vales para quem se associava à organização. Esses certificados conferiam ao portador direito à uma



hora de baby-sitting. Os baby-sitting recebiam dos pais o número de cupons correspondente às horas de serviço. Quando os associados se desligavam deveriam devolver os vales. Deste modo, a cooperativa também pagava taxas por meio dos vales que eram usados para remunerar funcionários e arcar com outras despesas. No entanto, com o passar do tempo, houve dificuldades no gerenciamento de prestação de serviço e demanda de serviço, gerando uma recessão no setor, isto porque para que um casal pudesse trabalhar era necessário que outro saísse como assevera Krugman (2009, p.16):

Os casais que consideravam insuficientes suas reservas de vales estavam ansiosos para prestar serviços e relutavam em sair. Mas a oportunidade de um casal para prestar serviços dependia da disposição de outro para sair, portanto, as oportunidades para prestar serviços se tornaram raras, aumentando ainda mais a relutância dos casais em usar suas reservas, a não ser em ocasiões especiais, o que escasseava ainda mais as chances de prestação de serviços.

Desta maneira, a cooperativa de baby-sitters entrou em recessão porque tinha pouca despesa com bens reais e seus membros estavam mais interessados em acumular o dinheiro (vales). Assim, o processo de acumular vales gerou a solução para o problema, onde segundo Krugman (2009, p.20):

Aumentou-se a oferta de vales. Com maiores reservas de vales, os casais se mostraram mais dispostos a sair, aumentando as oportunidades para prestação de serviços, o que, por sua vez, deixava os casais ainda mais propensos a sair, e assim por diante.

A aquisição de vales estava relacionada à saída de um determinado casal, e conseqüente aumento nas oportunidades para prestação de serviços, combatendo o problema da recessão na raiz do problema. Portanto, com a retificação de uma falha de natureza monetária a unidade de bebês atendidos disparou, ou seja, a recessão foi combatida com a impressão de dinheiro. Ferreira (2004) define recessão como um “*período de baixo crescimento ou de*



*declínio da atividade produtiva e do mercado (menos severo do que numa depressão).”* É importante destacar que a recessão influencia diretamente o mercado, a economia e como consequência a vida em sociedade, minimizando as compras, diminuindo a movimentação monetária, acumulando prejuízos em diversos setores. As recessões, em geral, resultam da disposição das pessoas, em conjunto, para acumular dinheiro, ou seja, poupar mais e investir menos e podem ser combatidas com a emissão de mais vales.

Os eminentes de vales ou dinheiro são conhecidos como bancos centrais. Nos Estados Unidos é o Federal Reserve, Na Europa é o Banco Central Europeu, no Brasil é o Banco Central e vários outros. Sendo que a função dessas instituições é manter a estabilidade da economia, aumentando ou diminuindo o dinheiro, conforme necessário (KRUGMAN, 2009, p.21).

A Grande Depressão na história da humanidade ocorreu em 1929 tendo sido provocada *“pelo colapso da demanda efetiva, e o Federal Reserve deveria ter combatido a desaceleração com injeções de dinheiro, porém muitos economistas encararam a Grande Depressão como consequência inevitável dos excessos anteriores da economia.”* (KRUGMAN, 2009, p.21). A crise financeira mundial, normalmente é fruto de pequenas crises ao redor do continente, como as ocorridas na América Latina, na Argentina e no México, na Ásia e que passam despercebidas, mas que quebram o mercado financeiro a longo prazo. Após a Depressão, de 1921 a 1922 a economia norte-americana retornou seu crescimento acelerado atravessando um grande período de prosperidade em 1929. Isso aconteceu porque houve um aumento da produção e da produtividade. Os salários estavam estáveis, os lucros cada vez maiores, porém os produtos elevaram os preços. Os estoques imediatamente aumentaram. Em 1927 os bancos permitiram uma expansão dos meios de pagamento a taxas bem acima do crescimento do produto real, causando um aumento extraordinário de consumo. Assim, em 1929 ocorreu a desenfreada especulação com ações, o que acabou provocando o craque da Bolsa de Valores de Nova Iorque na última semana de outubro daquele ano. Foi o início de uma



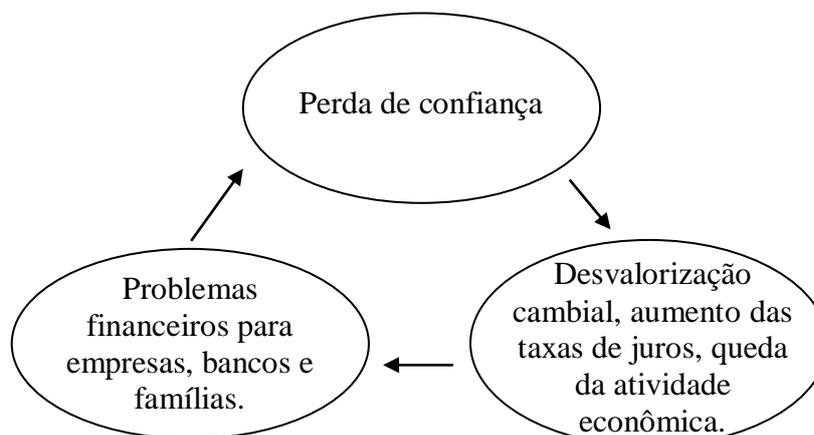
crise econômica profunda que se tornou universal e ficou conhecida como a Grande Depressão. Segundo Furtado (1997, p.154) “os efeitos da crise foram imediatos: queda violenta das cotações das ações, quebra de numerosos bancos, declínio das atividades comerciais, paralisação de fábricas e serviços e – o mais grave – desemprego em massa.” A crise de 1929 provocou mudanças não apenas no mercado econômico, mas atingiu também o meio acadêmico onde diversas teorias foram criadas visando minimizar os impactos na sociedade e na forma de organização do trabalho, que a partir deste momento começou a buscar o aperfeiçoamento.

### **A CRISE ECONÔMICA DE 2008**

Para estimular o consumo e a produção, os Estados Unidos reduziram a taxa de juros para empréstimos. Então, motivados pela facilidade, os norte-americanos compraram casas e apartamentos com prestações e juros baixos, alguns clientes também refinanciaram suas casas dando o próprio imóvel como garantia e usava o dinheiro do banco para pagar as prestações e ter lucro. Os bancos transformaram as casas oferecidas como garantia de pagamento em títulos e repassavam aos investidores. Deste modo, a inflação causou a alta taxa de juros e conseqüentemente queda no preço dos imóveis e aumento na mensalidade. Muitos clientes ficaram sem condições de pagar os financiamentos e os títulos tiveram seus valores reduzidos. Com isso as pessoas passaram a consumir menos, o dinheiro circulou menos e caiu o faturamento das empresas. A diminuição na circulação do dinheiro provoca uma paralisia no mercado. De modo geral pode-se dizer que o dinheiro desaparece, pois ninguém compra, nem vende, provocando acúmulo de produtos e serviços, o que impede o pagamento de débitos, de impostos e a sociedade como um todo sofre as conseqüências da falta de dinheiro. Isto porque existe um ciclo vicioso que sustenta a crise financeira, como descreve Krugman (2009, p.92):



O declínio do valor da moeda quanto à elevação das taxas geravam problemas para as empresas, sejam instituições financeiras, sejam negócios de outros setores. [...]. E a combinação de juros altos, balanços patrimoniais problemáticos e sistema bancário incapaz de conceder até o mais seguro dos empréstimos significava que as empresas tinham que cortar despesas, gerando recessão, que, por sua vez, comprometia ainda mais a lucratividade e as demonstrações financeiras. Todos estes fatos negativos comprometiam ainda mais a confiança – e a economia entrava em colapso.



Ciclo vicioso da crise financeira  
Fonte: Krugman (2009, p.92)

Chama-se ciclo vicioso, pois depende de realimentação e ocorre sucessiva e continuamente, e parece sem fim, onde não se encontra o início nem término, onde um acontecimento é influenciado pelo outro e assim sucessivamente. E, no caso da crise, nota-se que a desvalorização cambial e o aumento das taxas de juros, geram problemas financeiros que vão além das empresas e bancos, pois atinge as famílias, o que conseqüentemente motiva a perda de confiança nos mercados. Os Estados Unidos são detentores da maior economia do mundo e a grande maioria dos países depende direta ou indiretamente dela, inclusive o Brasil, o que a tornou uma crise mundial. Embora tenha proporcionado efeitos distintos em cada nação, a crise de algum modo abalou os pilares da economia



mundial. Desta maneira, apesar de se iniciar no mercado imobiliário, esta crise atingiu outros mercados porque levou à falência grandes instituições financeiras, provocando efeito dominó na economia internacional.

### **A CRISE NO BRASIL**

Enquanto nos Estados Unidos a crise econômica ganhava força e seus efeitos catastróficos se espalhavam, o Brasil não demonstrou preocupação uma vez que mantinha seu crescimento. Porém, em meados do ano de 2008, especialmente em setembro, apareceram os primeiros sintomas da crise no Brasil. De acordo com Marques e Nakatani (2009, p.2), houve agravamento dos efeitos da crise no Brasil, pois:

As ações nas bolsas caíram, houve antecipação da remessa de lucros e dividendos para o exterior e o dólar começou uma trajetória de valorização frente ao real. Empresas que dependiam de financiamento externo encontraram dificuldades, outras empresas começaram a demitir, outras paralisaram a produção e ainda concediam férias coletivas. Os impostos foram reduzidos para aumentar a capacidade de consumo das famílias e para vender os milhares de carros estacionados nos pátios das montadoras, ainda assim a produção e o consumo continuaram caindo.

Em diversos países, o poder público procurou interferir na economia, e no Brasil, o Governo Federal implementou uma série de novas medidas para fazer frente a crise econômica. Como forma de minimizar os efeitos da crise, criou medidas para aumentar a liquidez visando a não retração do crédito pelas instituições financeiras, e para tentar compensar o fechamento do mercado no âmbito internacional, bem como melhorar o preço dos produtos com dificuldades para venda, tornando assim atrativa a aquisição. E, para melhorar as condições de vida, em vista do elevado índice de desemprego, o governo brasileiro também aumentou o número de parcelas do seguro desemprego que variavam entre três a cinco para cinco a sete parcelas para os trabalhadores dos



setores mais afetados. Do ponto de vista capitalista, o aumento no número de parcelas do seguro desemprego, proporciona às famílias menos abastadas o atendimento das necessidades mais básicas, minimizando o sofrimento, embora a massa mais pobre da população não contribua ativamente para dinamizar o crescimento industrial.

Em dezembro de 2008, o governo anunciou isenção do IPI para compra de carros populares e a redução das alíquotas para as demais categorias. “O governo deixou de arrecadar 7% sobre o valor do veículo, antes dessa medida as montadoras estavam com seus pátios abarrotados”. Essa medida foi válida a princípio até 3 de março de 2009. Em novembro de 2008 o governo reduziu o IOF para compra de motocicletas por pessoas físicas de 3,38% para 0,38% (MARQUES; NAKATANI, 2009, p.14). Ainda no mesmo mês, o governo baixou o IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) a zero para aplicação no mercado de capitais, operação de empréstimos e financiamentos externos e reduziu o imposto de 3% para 1,5% ao ano para pessoa física. Nota-se que o governo brasileiro moveu-se intensamente visando bloquear e minimizar os efeitos da crise no Brasil. No entanto, “as medidas adotadas pelo governo não foram suficientes para mudar o quadro negativo provocado pelos impactos da crise sobre a economia brasileira.” (MARQUES; NAKATANI, 2009, p.14).

A indústria movimentou a economia de modo extraordinário, pois envolve outros setores, e uma crise no setor quebra a balança comercial, pois aumenta o déficit na balança, e provoca retenção da circulação monetária, prejudicando o crescimento do país. Ao examinar as teorias econômicas do passado, percebe-se que os crescimentos da produção e da renda ainda dependem da indústria automobilística. Deste modo, a pequena recuperação ocorrida na economia brasileira no mês de janeiro de 2009, ocorreu devido à recuperação parcial desta indústria, o que movimentou a economia. Por outro lado, vale ressaltar que as taxas de juros minimizaram, mas não favoreceu o alcance a todas as camadas da população, como corroboram Marques e Nakatani, (2009, p.16):



A associação a renúncia fiscal sobre os veículos automotores e a reduzida ampliação de crédito fez com que a queda na produção industrial não fosse ainda maior, no mês de janeiro. Assim, a expansão do crédito atinge somente à camada muito restrita de rendas médias e altas.

O Governo Federal agiu a contento visando o crescimento econômico do país, seguindo as normas da macroeconomia, e também se inspirou nas soluções adotadas por outras economias mais evoluídas, e embora não tenha conseguido reerguer rapidamente a economia nacional, fica evidente que de algum modo as medidas tomadas propiciaram uma nova reflexão sobre a política econômica no Brasil, e as medidas alternativas tendo em vista as barreiras do mercado internacional em tempos de crise.

## **A CRISE E O SETOR AUTOMOBILÍSTICO**

A indústria automobilística foi uma das primeiras vítimas da crise econômica, principalmente, por se tratar de um bem aparentemente supérfluo, mas indispensável, no entanto seu valor é elevado para o orçamento da maioria das famílias, considerando que o poder aquisitivo é baixo. Nos países desenvolvidos, os carros podem ser comprados através do crédito, porém com a crise econômica tornou-se difícil realizar a compra por meio desta operação, de modo que o impacto sobre as vendas de carros foi imediato.

O setor automobilístico do Japão foi atingido com a redução da demanda dos consumidores e reduziu sua previsão de lucros de 559 bilhões de ienes, em torno de 5,69 bilhões em 31 de março de 2009 comparados a 1,25 trilhão de ienes anterior ao período da crise (BBC BRASIL, 2009).

Diversos países tiveram seu setor automobilístico impactado com a crise, por exemplo, “no Reino Unido, a venda de carros sofreu a maior queda em 17 anos e 128.352 veículos foram vendidos em outubro de 2009, uma redução de 23% em relação ao mês de outubro de 2008.” (BBC BRASIL, 2009). Também



nos Estados Unidos, a Ford, General Motors e a Chrysler registraram queda de 30% nas vendas. No Brasil, o setor automobilístico é fundamental para o país, devido à criação de empregos e da exportação. Entre 2003 e 2008 foi vendido mais carros que a década de 90, porém com a crise financeira o faturamento caiu 15%. Cerca de 70% dos carros vendidos no Brasil são através de financiamento e desde que a crise começou os bancos, financeiras e concessionárias ficaram mais cautelosos em fazer crédito. A dificuldade de obter financiamentos fez com que muitas concessionárias e montadoras tivessem pedidos cancelados de uma hora pra outra. O mercado geral de veículos, que engloba automóveis, caminhões, ônibus, motocicletas, comerciais leves, implementos rodoviários e outros produtos “tracionavam teve alta de 13,59% em relação a agosto e caiu 1,27% comparado a setembro de 2008. Contabilizando, foram vendidos 456.477 veículos em setembro e 3.553.272 no ano.” (G1.GLOBO).

## CONCLUSÃO

A crise de 2008 abalou os alicerces da economia internacional agravando alguns setores do mercado. Pode-se mencionar que o Brasil levou um tempo antes de sofrer as conseqüências da crise global. No entanto, assim como outras nações, sofreu os efeitos da crise e precisou criar medidas para minimizar os danos provocados neste período. Uma das medidas adotadas pelo Governo Federal foi à redução de tributos visando melhorar alguns setores da economia, principalmente a indústria automobilística, haja vista ser um dos principais medidores do desenvolvimento econômico do país, por movimentar outros setores como o de tecnologia e desenvolvimento, melhorar a geração de emprego, mudando assim, o cenário brasileiro no âmbito do desenvolvimento econômico e social. Vale ressaltar que uma das principais medidas adotadas foi a redução do Imposto sobre Produtos Importados, gerando um aquecimento nas vendas no período da crise. Em todo o país, os pátios das concessionárias encontravam-se lotados devido à crise e a recessão monetária, onde a população



para conter gastos, não procedeu à compra de itens “supérfluos”, embora necessários. A crise internacional afetou o Brasil em três aspectos básicos, a saber: redução do preço das *commodities*, retração da demanda internacional e redução do fluxo de capitais estrangeiros. Sendo que cada um destes aspectos tiveram forte influencia na economia nacional, pois afetaram a produção, o aumento na taxa de desemprego, e outros. Devido a este cenário preocupante, o Governo brasileiro, decidiu intervir positivamente, reduzindo o valor do tributo, para evitar maiores demissões e uma quebra ainda maior no sistema econômico do país, melhorando a movimentação monetária. O poder público visando conter os impactos da crise, em conjunto com o Banco Central procurou direcionar os esforços através de medidas, seguindo os princípios adotados em outras nações, onde se percebe a aplicação da teoria keynesiana, em que a intervenção estatal muda o cenário econômico, por meio de injeção de recursos financeiros em pontos estratégicos. A política econômica adotada no Brasil não resolveu o problema da crise econômica, mas possibilitou que muitos brasileiros pudessem adquirir e até mesmo trocar o automóvel, devido às condições de financiamento e redução do IPI. No entanto a redução do IPI não pode ser usada como medida para solucionar um problema tão grave como uma crise internacional e que o Brasil, deve investir em medidas que balizem os impactos da crise, se resguardando de aberturas comerciais desfavoráveis. Enfim, o Brasil possui uma economia muito frágil se comparada às economias internacionais, portanto uma solução seria conter a crise adotando medidas de implantação gradual e contínua e não apenas no momento da crise, de modo a limitar os efeitos danosos, que minam o crescimento socioeconômico do país.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Kennedy. Governo vai prorrogar redução de IPI sobre veículos. **Folha Online**. 04/03/2009 - 04h50. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/>>. Acesso em 20 mar. 2010.



BARDIN, L. Análise de conteúdo. 1979. In: KAKEHASHI, S. **Enfermagem pediátrica brasileira: produção científica de 1932 a 1995**. USP/EE. 1998. 303f. Tese. (Doutorado em Enfermagem). – Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, 1998.

BBC BRASIL. Impacto da crise no setor automobilístico se acentua. **Folha Online**. Online. 06 novembro 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/bbc/ult272u464822.shtml>> Acesso em: 14 mai. 2010

BIBLIA. **Bíblia de Estudo Aplicação Pessoal**. Tradução Almeida. Rio de Janeiro: CPAD, 1995.

BRASIL. **Código Tributário Nacional**. Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. Brasília, 1966. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L5172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5172.htm)> Acesso em: 19 abr. 2010.

CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de direito tributário**. 19. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2009.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção do conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

\_\_\_\_\_. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000

DIÁRIO ONLINE. **Governo reduz IPI de carros em troca de garantia de emprego**. Disponível em: <<http://www.sindicatomecosul.com.br/noticias>>. Acesso em 29 abr. 2010.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário Aurélio da Língua Portuguesa**: Miniaurélio Eletrônico versão 5.12. 7. ed. rev. atual. 2004.

FIGUEIRAS, Luiz. **Os efeitos da crise mundial na economia brasileira**. Disponível em: <<http://www.socialismo.org.br/portal/economia-e-infra-estrutura/101-artigo/642-os-efeitos-da-crise-mundial-na-economia-brasileira>>. Acesso em: 21 mai. 2010.



G1. Venda de carros bate recorde histórico em setembro. **G1.globo**. 02 outubro 2009. Disponível em <<http://g1.globo.com/Noticias/Carros.html>> Acesso em: 17 mai. 2010

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Marcus Lívio; PIETRO, Leonardo (Coord.). **Curso de Direito tributário brasileiro**. V. 1. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

GOMES, Marliete Bezerra. **Manual de contabilidade tributária: textos e testes com as respostas**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GONÇALVES, Fábio. **Aprenda a analisar os impactos das crises financeiras nas empresas: da teoria à prática com exemplos**. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna, 2009.

KRUGMAN, Paul. **A crise de 2008 e a economia da depressão**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

MAIDA, Fernando. O caráter fiscal e extrafiscal da CIDE sobre as atividades na indústria de petróleo. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 8, n. 181, 3 jan. 2004. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=4627>>. Acesso em: 25 mai. 2010.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de direito tributário**. 27. ed. rev. atual. amplia. São Paulo: Malheiros, 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. São Paulo: Atlas, 2006.

MARQUES, Rosa Maria; NAKATANI, Paulo. **O Brasil e a crise econômica: apenas uma marolinha?** Disponível em: <[http://www.pucsp.br/downloads/5\\_5\\_artigo.pdf](http://www.pucsp.br/downloads/5_5_artigo.pdf)>. Acesso em: 29 mai. 2010.

NUNES, Flávia Furlan. **Efeito de redução do IPI sobre preços enfraquece**. 25 jul. 2009. Disponível em <<http://www.administradores.com.br/informe->



se/informativo/efeito-de-reducao-do-ipi-sobre-precos-enfraquece/24777/>. Acesso em: 15 mai. 2010.

OLIVEIRA, Luís Martins de; CHIEREGATO, Renato; PEREZ JUNIOR, José Hernandez;

GOMES, Marliete Bezerra. **Manual de Contabilidade Tributária**: textos e testes com as respostas. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

OLIVEIRA, Silvio Luiz. **Tratado de Metodologia Científica**: projetos de pesquisas, TGI, TCC, Monografias, Dissertações e Teses. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

ROCHA, Marcelo Hugo da. Contribuições parafiscais. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 4, n. 37, dez. 1999. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=1420>>. Acesso em: 06 mai. 2010.

RIGOTTO, Germano. **As lições da redução do IPI**. Artigo Online. 15 janeiro 2010. Disponível em: <<http://www.fenabreve.com.br/principal/home/?>> Acesso em: 17 mai. 2010

TEIXEIRA, Rubens de França; PACHECO, Maria Eliza Côrrea. Pesquisa social e a valorização da abordagem qualitativa no curso de administração: a quebra de paradigmas científicos. **Cadernos de Pesquisa em Administração**, São Paulo: FEA/USP, v.12, n.1, p. 55-68, jan/mar 2005.

TODESCHINI, Marcos. **Crise Chega ao setor automobilístico**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/bbc/ult272u464822.shtml>> Acesso em: 18 mai. 2010

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.